

# **PLANO DE EMERGÊNCIA EXTERNO DA BAYER CROPSCIENCE (PORTUGAL)**

## Índice

<b>Parte I - Enquadramento Geral do Plano.....</b>	<b>1</b>
1. Introdução.....	1
2. Âmbito de Aplicação.....	5
3. Objectivos.....	6
3.1. Objectivos gerais.....	6
3.2. Objectivos específicos.....	7
4. Enquadramento Legal.....	7
5. Antecedentes do Processo de Planeamento.....	8
6. Articulação com Outros Instrumentos de Planeamento.....	9
7. Activação do Plano.....	10
7.1. Competência para a activação do plano.....	10
7.2. Critérios para a activação do plano.....	11
8. Programa de Exercícios.....	12
<b>Parte II - Organização da Resposta.....</b>	<b>13</b>
1. Execução do Plano.....	13
1.1. Antes da emergência.....	13
1.2. Durante a emergência.....	15
1.3. Após a emergência.....	16
2. Organização.....	17
2.1. Estrutura em situação normal.....	17
2.2. Estrutura em situação de emergência.....	20
2.3. Estruturas de direcção e coordenação política, coordenação institucional e comando.....	26
2.4. Organização do Sistema de Gestão das Operações.....	30
2.5. Configuração do sistema de gestão de operações.....	31
2.6. Zona de intervenção.....	32
3. Actuação de Agentes, Organismos e Entidades.....	35
3.1. BAYER.....	36
3.2. Missão das estruturas autárquicas.....	39
3.3. Missão dos agentes de protecção civil.....	42
3.4. Missão dos organismos e entidades de apoio.....	50
<b>Parte III - Áreas de Intervenção.....</b>	<b>55</b>
1. Administração de Meios e Recursos.....	55
2. Logística.....	57
2.1. Apoio logístico às forças de intervenção.....	62
2.2. Apoio logístico às populações.....	63
3. Comunicações.....	65
4. Gestão da Informação de Emergência.....	72
4.1. Informação de apoio às operações.....	72
4.2. Informação ao público.....	74
5. Procedimentos de Evacuação.....	80
6. Manutenção da Ordem Pública.....	86
7. Serviços Médicos e Transporte de Vítimas.....	91
8. Socorro e Salvamento.....	96
9. Serviços Mortuários.....	100
<b>Parte IV - Informação Complementar.....</b>	<b>106</b>
Secção I.....	106
1. Mecanismos da Estrutura de Protecção Civil.....	106
1.1. Comissão Municipal de Protecção Civil.....	106
1.2. Declaração da situação de alerta.....	108
1.3. Sistema de monitorização, alerta e aviso.....	111

## Parte III - Áreas de Intervenção

### 1. Administração de Meios e Recursos

A entidade coordenadora é a CMS através do SMPC.

Entidades Intervenientes	Entidades de Apoio Eventual
Juntas de Freguesia Agentes de protecção civil Organismos e entidades de apoio	Fornecedores públicos ou privados de recursos, designadamente equipamentos e outros bens materiais necessários.

Prioridades de acção

- Garantir a disponibilidade e prontidão dos meios e recursos necessários para o cumprimento da missão e assegurar a sua utilização racional e eficiente;
- Assegurar as actividades de gestão administrativa e financeira inerentes à mobilização, requisição e utilização dos meios e recursos necessários à intervenção;
- Quando necessário, promover e supervisionar as negociações contratuais;
- Gerir e controlar os tempos de utilização de meios e recursos;
- Eventualmente, gerir os processos dos seguros.

Os procedimentos e instruções de coordenação das actividades de gestão administrativa e financeira inerentes à mobilização, requisição e utilização dos meios e recursos, eventuais negociações contratuais e processos de seguros, para assegurar a permanente disponibilidade de meios e recursos para apoiar o PEEB, são propostos pelo SMPC e aprovados pelo PCMS.

As necessidades de meios e recursos decorrentes de uma emergência na BAYER CROPSCIENCE (PORTUGAL), serão analisadas pela CMPC, sendo os contactos com os fornecedores de equipamentos, materiais e artigos necessários ao apoio e sustentação das operações, efectuados pelos órgãos competentes da CMS através do SMPC. A responsabilidade pela gestão global, nomeadamente financeira e de custos, tempos de utilização dos meios e equipamentos e a supervisão das negociações contratuais é da CMS, que fornece ao operador toda a documentação justificativa quando haja lugar para ressarcimento.

a. Prioridade dos meios e recursos

Os meios e recursos utilizados para prevenir ou enfrentar os riscos de acidente ou catástrofe nas instalações da BAYER são os previstos no Plano de Emergência Interna do operador e neste PEEB. No que respeita a este último, é dada prioridade à utilização de meios e recursos públicos sobre a utilização de meios e recursos privados.

A utilização de meios e recursos é determinada segundo critérios de proximidade e de disponibilidade

b. Estrutura de coordenação:

(1) Gestão de recursos materiais

Os meios e recursos pertencentes aos agentes de protecção civil e aos organismos de apoio são atribuídos pela CMPC ao COM que os atribuirá ao COS de acordo com os pedidos efectuados;

O PCMun e o PCO asseguram a gestão dos meios e recursos de acordo com as directivas e instruções emanadas, respectivamente, pelo COM e pelo COS;

Sempre que possível, dar preferência à utilização de meios e recursos públicos sobre a utilização dos privados;

Os pedidos de meios e recursos a nível municipal são efectuados através da linha de comando, ou seja, COS, COM, CMPC.

(2) Gestão de Recursos Humanos

Na mobilização dos recursos humanos dos agentes de protecção civil aplica-se o disposto no artigo 25º da Lei de Bases de Protecção Civil;

O PCMun e o PCO são guarnecidos e geridos com os efectivos do SMPC, da CMS e dos agentes de protecção civil locais identificados, sendo a sua qualificação e manutenção da qualificação uma responsabilidade do SMPC;

As organizações do DIR empenhadas na operação deverão acautelar os períodos de descanso e rotatividade dos recursos humanos atribuídos, devendo ser observados elevados critérios e normas de segurança.

(3) Gestão de Recursos Financeiros

A gestão financeira e de custos é assegurada pela CMS, através da Direcção Municipal Financeira e Administrativa. Esta Direcção é responsável por:

- a. Estabelecer os contactos com entidades fornecedoras;
- b. Preparar os documentos de despesa e de custos a fim de serem enviados ao operador para ressarcimento.

As despesas realizadas durante as fases de emergência e de reabilitação, designadamente com combustíveis, lubrificantes, manutenção e reparação de material, transportes, alimentação, material sanitário, equipamento de engenharia, etc, são da responsabilidade dos serviços e agentes de protecção civil e demais entidades intervenientes. Qualquer entidade requisitante de meios e recursos será responsável pelo ressarcimento das despesas inerentes, excepto quando existir despacho contrário da CMPC;

O pessoal dos serviços, agentes e entidades constantes neste plano, mesmo que requisitado, continua a ser remunerado pelos organismos a que pertencem, nunca podendo ser prejudicado nos seus direitos.

## 2. Logística

A entidade coordenadora é a CMPC.

Entidades Intervenientes	Entidades de Apoio Eventual
Câmara Municipal Juntas de Freguesia Corpos de Bombeiros Voluntários Unidades Militares das Forças Armadas Cruz Vermelha Portuguesa SMAS e HPEM	CVP INEM, Hospital Amadora Sintra e ACES INML

- a. O apoio logístico visa assegurar a sustentação das operações, satisfazer as necessidades logísticas das forças de intervenção e apoiar as populações afectadas pela ocorrência.

b. Organização

O diagrama apresenta a organização logística sendo responsabilidades genéricas dos elementos que a constituem as seguintes:

(1) PCMun

- Analisar e preparar para o COM os pedidos de apoio logístico a fim de serem submetidos à CMPC para aquisição e fornecimento;
- Assegurar que os bens e recursos logísticos aprovados são entregues aos destinatários com celeridade e em conformidade com as especificações.

(2) PCO

- Preparar e encaminhar os pedidos logísticos do COS para o PCMun a fim de serem analisados e submetidos à CMPC para aprovação;
- Informar o PCMun das limitações logísticas com impacto nas operações;
- Assegurar que a documentação logística foi processada e enviada ao SMPC de acordo com os procedimentos instituídos.

(3) CMS

Responsável por executar as ordens do Director do Plano, ouvida a CMPC.

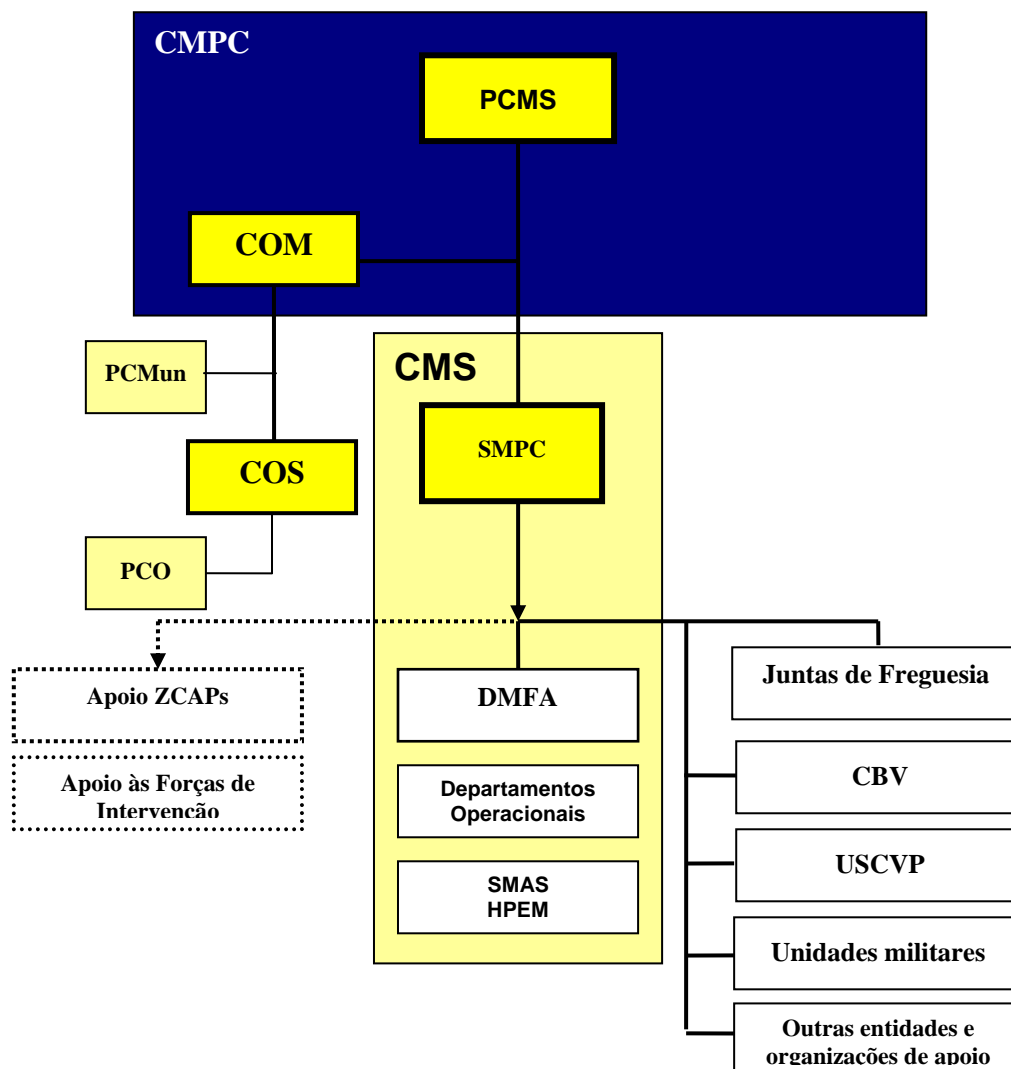
(a) SMPC

Antes de qualquer ocorrência, o SMPC é responsável, em permanência:

- Coordenar as actividades de administração e logística;
- Manter actualizada a base de dados de meios e recursos;
- Estabelecer, em coordenação com os órgãos responsáveis da CMS, os procedimentos para a requisição das necessidades logísticas.

Durante uma ocorrência, o SMPC é responsável:

- Analisar e processar os pedidos logísticos;
- Apoiar o COM na preparação das requisições de bens e serviços para apoio às operações a fim de serem submetidas à CMPC.



- CBV - Corpo de Bombeiros Voluntários
- CMPC - Comissão Municipal de Protecção Civil
- CMS - Câmara Municipal de Sintra
- COM - Comandante Operacional Municipal
- COS - Comandante de Operações e Socorro
- DMFA - Direcção Municipal Financeira e Administrativa
- HPEM - Empresa Municipal de Higiene Pública
- IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social
- PCMS - Presidente da Câmara Municipal de Sintra
- PCMun - Posto de Comando Municipal
- PCO - Posto de Comando Operacional
- SMAS - Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento
- SMPC - Serviço Municipal de Protecção Civil
- USCVP - Unidade de Socorro da Cruz Vermelha Portuguesa
- ZCAP - Zonas de Concentração e Apoio às Populações

(b) Direcção Municipal Financeira e Administrativa

- Proceder à aquisição dos bens e serviços aprovados pela CMPC;
  - Controlar a entrega dos bens e serviços adquiridos nas datas e locais designados;
  - Confirmar que as especificações dos bens e serviços estão em conformidade com os requisitos e satisfazem os critérios de qualidade.
- (c) Direcção Municipal de Obras e Intervenção Local
- Garantir os transportes disponíveis necessários;
  - Fornecer os equipamentos e artigos disponíveis essenciais às acções de administração e logística;
  - Apoiar as operações com os recursos disponíveis.
- (d) Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento (SMAS)
- Mobilizar os meios e manter um estado de prontidão que permita responder com rapidez e eficiência a eventuais solicitações;
  - Efectuar o levantamento da situação, coordenar e repor a normalidade das infraestruturas e serviços;
  - Coordenar e proceder à distribuição de água potável;
  - Coordenar e proceder ao tratamento de águas residuais;
  - Manter em elevado estado de prontidão os equipamentos de reforço, nomeadamente auto e máquinas para intervenção a pedido do PCMun;
  - Organizar e disponibilizar equipas de intervenção imediata para intervenção urgente;
  - Efectuar as análises da água e assegurar o abastecimento das populações;



- Se necessário solicitar apoio técnico exterior para avaliação da situação e apoio.
- (e) Empresa Municipal de Higiene Pública (HPEM)
- Mobilizar os meios e manter um estado de prontidão que permita responder com rapidez e eficiência a eventuais solicitações;
  - Efectuar o levantamento da situação, coordenar e repor a normalidade das infraestruturas e serviços;
  - Coordenar e proceder à remoção de lixo, resíduos e materiais;
  - Manter em elevado estado de prontidão os equipamentos de reforço, nomeadamente auto e máquinas para intervenção a pedido do PCMun;
  - Organizar e disponibilizar equipas de intervenção imediata para intervenção urgente;
  - Prestar apoio nas suas áreas de responsabilidade de forma a restabelecer a normalidade e evitar focos propagadores de contaminações que ponham em causa a higiene e saúde pública.

(4) Unidade de Socorro da Cruz Vermelha Portuguesa

Se necessário, a pedido da CMPC:

- Apoiar o fornecimento, confecção e distribuição de bens alimentares, materiais de alojamento provisório e higiene pessoal das populações evacuadas;
- Apoiar o sistema de recolha e armazenamento de dádivas;
- Controlar e distribuir o pessoal voluntário não especializado.

(5) Unidades militares

Se necessário, a pedido da CMPC:

- Apoiar com pessoal e equipamento o fornecimento, confecção e distribuição de bens alimentares, alojamento provisório e higiene das populações evacuadas;
  - Apoiar as operações com equipamentos, transportes, e com outros artigos disponíveis.
- (6) Juntas de Freguesia das áreas afectadas pela emergência
- Constituir e coordenar postos locais de recenseamento de voluntários;
  - Coordenar e diligenciar o fornecimento de ajuda e necessidades básicas às populações eventualmente deslocadas, nomeadamente em alimentação, higiene, assistência sanitária, apoio psicológico e alojamento provisório.
- (7) Forças de Segurança
- Orientar o encaminhamento do fornecimento dos bens e recursos logísticos para os destinatários;
  - Garantir a segurança de bens e instalações sinistradas e/ou desabitadas.
- (8) Outras entidades e organizações
- Colocar os meios próprios à disposição da CMPC para apoiar as acções de administração e logística.

## **2.1. Apoio logístico às forças de intervenção**

O apoio logístico às forças de intervenção, nomeadamente alimentação, combustíveis, equipamentos, transporte, material sanitário, material de mortuária e outros artigos essenciais à prossecução das missões de socorro, salvamento e assistência é coordenado entre o COS e o COM através dos órgãos de comando e controlo que os apoiam: o PCO e o PCMun. As necessidades de apoio logístico são apresentadas pelo COM à CMPC que diligencia a sua disponibilização com base em critérios de urgência e indispensabilidade. A distribuição é

efectuada pelos processos mais expeditos e entregue nos locais definidos previamente entre o PCO e o PCMun.

A satisfação genérica das necessidades logísticas iniciais (primeiras 24 horas) do pessoal envolvido está a cargo dos próprios agentes de protecção civil, organismos e entidades de apoio. Se a operação se prolongar por mais de 24 horas, as necessidades logísticas são colmatadas pela CMPC, através da CMS, que conta, para esse efeito, com o apoio das empresas e organizações locais.

O material sanitário, de mortuária e demais artigos necessários às operações será distribuído a pedido do COS/PCO.

## 2.2. Apoio logístico às populações

As acções relacionadas com o abrigo e assistência às populações, nomeadamente as eventualmente evacuadas para as ZCAPs, quanto a alimentação, bem-estar e agasalhos são asseguradas pelas organizações anteriormente descritas, tendo as Juntas de Freguesia de Agualva, Cacém, Mira Sintra e Rio de Mouro, Monte Abraão, Massamá, Belas e Queluz a liderança do processo. As ZCAPS estão localizadas conforme se indica no quadro:

Freguesia	Colec.	Contacto	Área Coberta	Valências												Capacidade Alojamento
				Cozinha	WC	Chuveiro	Câmara de Frio	Gás		Energia		Água		Combustíveis		
								Garraf.	Canalizado	Rede	Própria	Rede	Própria	Gasóleo	Gasolina	
Agualva	Corpo de Bombeiros	Comandante Luis Manuel P. Costa-964794158	Sim	Sim	Sim	Sim	-	-	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	-	-	+ 50
	EB1/JI N.º 1 Agualva	Escola 21 431 22 94 Educa 96339 02 06 Dr. António Canelas	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	-	Sim	Sim	Não	Sim	-	-	-	+ 200
Cacém	EB 1 n.º 3 Cacém	Escola 21 914 32 13 Educa 96 339 02 06 Dr. António Canelas	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	-	Sim	Sim	-	Sim	-	-	-	200
	Complexo Desportivo do Atlético Clube do Cacém	R. Pôr do Sol Rio de Mouro 219188620 966553762 Fax 219188628 geral@accacem.com	Limitada	Limitada	Sim	Sim	Não	-	Sim	Sim	-	Sim	-	-	-	400 em Tendas
Mira-Sintra	EB 1/JI Mira Sintra	Escola 21 913 18 30 Educa	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	-	Sim	Sim	-	Sim	-	-	-	110

		96 339 02 06 Dr. António Canelas														
Rio de Mouro	EB1/JI n.º 1 Rio de Mouro	Escola 21 916 23 36 Educa 96 339 02 06 Dr. António Canelas	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	-	Sim	Sim	-	Sim	-	-	-	200
	Campo Futebol Sociedade Recreativa de Albarraque	Bairro Campo da Bola 219150623 Fax 219150051 sralbarraque@ hotmail.com	-	Limitada	Sim	Sim	-	-	Sim	Sim	-	Sim	-	-	-	400 em Tendas
Monte Abraão	EB 1/JI n.º 1 Monte Abraão	21 439 20 94	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	-	Sim	-	-	Sim	-	-	-	500
Massamá	EB 1 n. 2 Massamá	Escola 21 439 19 31 Educa 96 339 02 06 DR. António Canelas	Sim	Sim	Sim	-	Sim	-	Sim	Sim	-	Sim	-	-	-	300
	Complexo Desportivo Real Sport Clube	R. Cidade Desportiva 214394216 Fax 214371073	Limitada	Limitada	Sim	Sim	-	-	Sim	Sim	-	Sim	-	-	-	400 em Tendas
Belas	Corpo de Bombeiros	Comandante Daniel Cardoso 917846030	Sim	Sim	Sim	Sim	-	Sim	-	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	+/- 50
	EB1/JI Quinta da Figueira	Escola 21 431 93 06 Educa 96 339 02 06 DR. António Canelas	Sim	Sim	Sim	Sim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	200
	Campo António P. Pinto Basto, Clube Desportivo Belas	Casal do Outeiro 214320514 Fax 214320514 clubedesportiv odebelas@gmail.com	Limitada	Limitada	Sim	Sim	-	-	Sim	Sim	-	Sim	-	-	-	400 em Tendas
Queluz	Corpo de Bombeiros	Comandante Emílio Jacinto Correia- 964770424	Sim	Sim	Sim	Sim	-	-	Sim	Sim	Sim	Sim	-	-	-	100
	EB 1 n.º 2 Queluz	Escola 21 435 73 57 Educa 96 339 02 06 DR. António Canelas	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	-	Sim	Sim	-	Sim	-	-	-	300
	Pavilhão Henrique Miranda, Clube Atlético de Queluz	Av Cmdt Paiva Couceiro 965628284 Fax 214218583 capecpinto@sa po.pt	Sim	Limitada	Sim	Sim	Não	-	Sim	Sim	-	Sim	-	-	-	200

Em caso de necessidade, as actividades de administração e logística podem abranger, igualmente, as populações não evacuadas, cujas condições não permitam o acesso imediato aos bens essenciais de sobrevivência, incluindo o fornecimento alternativo de água potável.

A autorização para requisição de bens e serviços para apoio às populações é dada pela CMPC.

As actividades de administração e logística mantêm-se activas durante a fase de reabilitação.

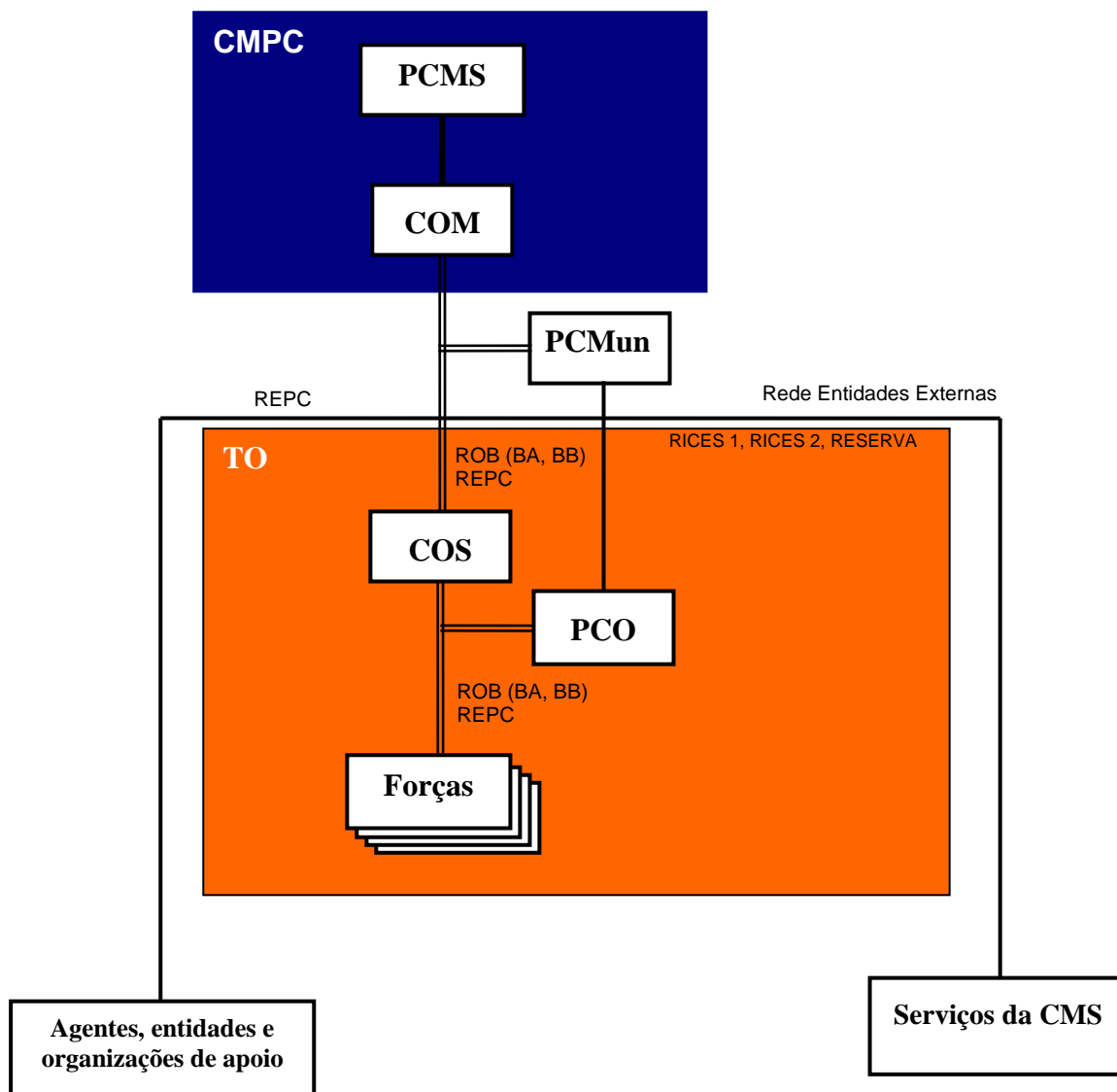
### **3. Comunicações**

O funcionamento eficiente das comunicações é condição essencial para assegurar a direcção, controlo e a segurança das forças e meios atribuídos. Para isso todos os intervenientes devem conhecer o plano de comunicações, possuir os recursos necessários para cumprirem as missões atribuídas, estar proficiente nos procedimentos e cumprir as normas que forem emitidas.

Nas comunicações operacionais não é autorizada a utilização de linguagem codificada e serão observadas, como normas, a não sobreposição de comunicações, a utilização exclusiva dos meios para comunicações de serviço e o respeito pelos procedimentos estabelecidos e prioridades de mensagem

a. Organização

As comunicações estão organizadas de acordo com o organograma a seguir indicado.



**LEGENDA:**

CMOS – Centro Municipal de Operações de Socorro  
 CMPC – Comissão Municipal de Protecção Civil  
 COM – Comandante Operacional Municipal  
 COS – Comandante de Operações de Socorro  
 PCO – Posto de Comando Operacional  
 REPC – Rede estratégica de protecção civil  
 ROB – Rede operacional dos bombeiros  
 TO – Teatro de operações  
 RICES – Rede Integrada de Comunicações de Emergência de Sintra

**(1) SMPC/PCMun**

- Coordenar a actividade das comunicações;

- Assegurar a operacionalidade permanente dos equipamentos de comunicações e efectuar testes periódicos com a BAYER;
- Activar e assegurar a coordenação das comunicações no PCMun e CMPC durante as emergências;
- Garantir a actualização permanente dos contactos a estabelecer;
- Identificar necessidades quanto a reforço de meios e de pessoal para o funcionamento das comunicações.

(2) BAYER

- Assegurar em permanência as comunicações bilaterais entre o operador e o CBV de Agualva-Cacém;
- Manter a actualidade e a prontidão da organização de alerta.

(3) CBV

- Assegurar a operacionalidade permanente dos equipamentos de comunicações dos respectivos corpos de bombeiros;
- Promover a formação e o treino dos operadores de comunicações dos respectivos corpos de bombeiros, incluindo na utilização dos procedimentos de comunicações;
- Fornecer os operadores identificados para reforçar o funcionamento das comunicações no PCMun e PCO.

(4) GNR, PSP e Polícia Municipal

- Assegurar as comunicações entre as respectivas unidades o PCMun e o PCO;
- Garantir, em caso de necessidade, um serviço de estafetas.

(5) Entidades e organizações de apoio

- Assegurar a permanente operacionalidade das comunicações com o PCMun e o PCO;

- Garantir, em caso de necessidade, um serviço de estafetas.

(6) Câmara Municipal

- Assegurar a operacionalidade permanente dos equipamentos de comunicações entre os respectivos departamentos, serviços, empresas municipais com o PCMun.

b. Redes

(1) RICES 1 (DIGITAL)

Canal	SITE	Tx	Rx	TOM
1 e 2 digital	SINTRA 1	168,6625	173.2625	
	BELAS 1	168,700	173,300	
	CACÉM 1	168,675	173,275	
	PENINHA 1	169,150	173.750	
	Talk around			

(2) RESERVA

Canal	SITE	Tx	Rx	TOM
1 e 2 digital	SINTRA 1	168,6625	173.2625	
	BELAS 1	168,700	173,300	
	CACÉM 1	168,675	173,275	
	PENINHA 1	169,150	173.750	
3	SINTRA 2	168,7125	173,3125	
4	SINTRA 3	168,750	173,350	
5	SINTRA 4	159,8750	164,475	131,8
6	BELAS 2	168,7375	173,3375	
7	CACÉM 2	168,725	173,325	
8	PENINHA 2	168,6875	173,2875	

(3) RICES 2

Canal	SITE	Tx	Rx	TOM
1	SINTRA 2	168,7125	173,3125	
2	SINTRA 3	168,750	173,350	
3	SINTRA 4	159,8750	164,475	131,8
4	BELAS 2	168,7375	173,3375	
5	CACÉM 2	168,725	173,325	



6	PENINHA 2	168,6875	173,2875	
7	SINTRA 2 B	173,3125	168,7125	
8	SINTRA 3 B	173,350	168,750	
9	SINTRA 4 B	164,475	159,8750	
10	BELAS 2 B	173,3375	168,7375	
11	CACÉM 2 B	173,325	168,725	
12	PENINHA 2 B	173,2875	168,6875	

Nota: As frequências B são em modo base

(4) Rede Estratégica de Protecção Civil (REPC)

Canal (VHF-FM)	SITE	Tx	Rx	TOM
1	SINTRA	168,900	173,500	118,8
2	PRAGAL	168,9625	173,5625	151,4
3	MONTEMOR	168,9250	173,5250	136,5
4	MONTEJUNTO	168,8875	173,4875	97,4
5	SIMPLEX LISBOA	152,9625	152,9625	131,8
6	SIMPLEX NACIONAL	152,9250	152,9250	141,3
7	SINTRA B	173,500	168,900	118,8

Nota: A frequência B é em modo base

(5) Entidades externas

Canal (VHF-FM)	SITE	Tx	Rx	TOM
1	SMAS	159,425	164,025	107,2
2	MONTE DA LUA	148,575	153,175	107,2
3	MARITIMA	156,800	156,800	
4	MARITIMA	156,550	156,550	
5	MARITIMA	157,950	157,950	
6	MARITIMA	160,900	160,900	
7	MARITIMA	160,975	160,975	
8	MARITIMA	161,000	161,000	
9	RADIOAMADOR	145,225	145,225	
Canal (UHF)	SITE	Tx	Rx	TOM
1	CMS	453.0125	463.0125	103.5
2	CMS BASE	463.0125	453.0125	103.5
3	CVP LISBOA	460.2375	450.2375	103.5
4	CVP SINTRA	469.750	469.750	103.5
5	RADIOAMADOR	433.275	433.275 vcv	

(6) Rede Operacional de Bombeiros (ROB)

Canal	Unidade	Tx	Rx	TOM
1	SINTRA	168,6125	173,2125	162,2
2	MONTEMOR	168,6000	173,2000	162,2
3	MONTEJUNTO	168,6250	173,2250	162,2
4	SINTRA B	173,2125	168,6125	162,2
5	MANOBRA 1	152,5875	152,5875	110,9
6	MANOBRA 2	152,6000	152,6000	110,9
7	MANOBRA 3	152,6125	152,6125	110,9
8	MANOBRA 4	152,6250	152,6250	110,9
9	MANOBRA 5	152,6750	152,6750	110,9
10	COMANDO 1	152,7125	152,7125	110,9
11	COMANDO 2	152,7250	152,7250	110,9
12	COMANDO 3	152,7375	152,7375	110,9
13	TACTICO 1	152,9250	152,9250	110,9
14	TACTICO 2	152,9375	152,9375	110,9
15	TACTICO 3	152,9500	152,9500	110,9

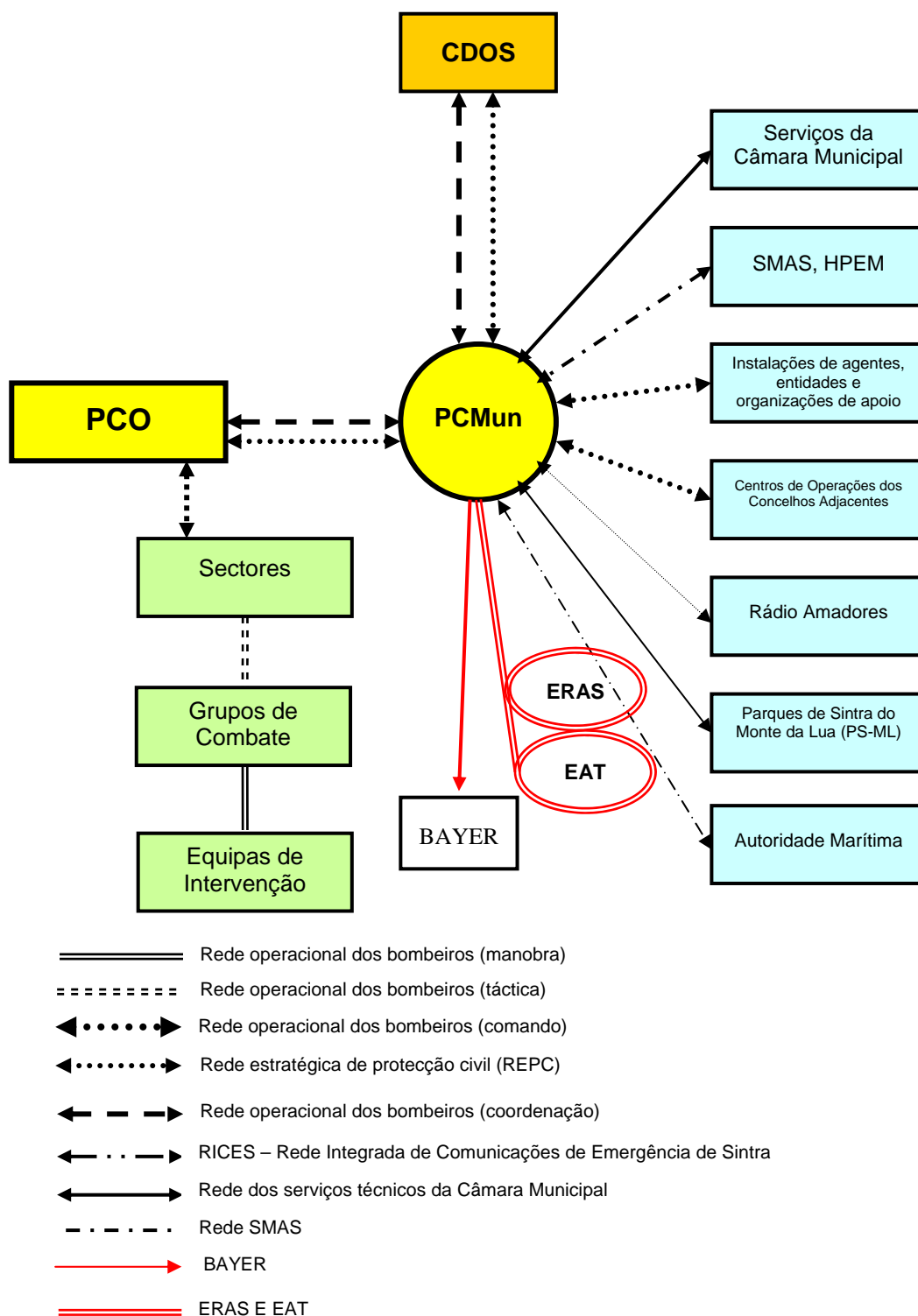
(7) Comunicações da BAYER com o SMPC

Os meios de comunicação usados pela BAYER para alertar o SMPC em caso de acidente são por ordem de prioridade:

- Operadores
  - Rede telefónica fixa: 219236950  
219236951  
219236952
- Coordenador do SMPC
  - Rede telefónica fixa: 219236990
  - Rede telefónica móvel: 961332185
- COM
  - Rede telefónica Fixa: 219236991
  - Rede telefónica móvel: 926726348

• FAX : 219236988 e 219236989

c. Diagrama das redes



Os responsáveis da BAYER pelo alerta ao SMPC e as formas de contacto estão na Parte IV, Secção III.2.

d. Instruções de coordenação

- Compete ao COS estabelecer o plano de comunicações para o TO - que inclui a zona de sinistro, de apoio, de concentração e reserva, de Concentração e Apoio às Populações - o qual deve ter em conta o consagrado na NEP 0042 de 27JUN2006, emitida pela ANPC.
- Para apoio às comunicações no TO, o COS é apoiado pelo SMPC.
- Os serviços, agentes, entidades e organizações de apoio utilizam as redes e meios próprios de comunicações.
- Após o accionamento do PEEB, o PCMun estabelece e mantém as comunicações necessárias com o PCO, CMPC, agentes, entidades e organizações de apoio, bem como com o CDOS e CNOS.

## **4. Gestão da Informação de Emergência**

### **4.1. Informação de apoio às operações**

Entidade coordenadora: PCMun

Entidades Intervenientes	Entidades de Apoio Eventual
Câmara Municipal	Agentes de Protecção Civil Entidades e organismos de apoio

Prioridade de acção:

- Receber, processar e avaliar toda a informação da Zona do Sinistro proveniente do COS/PCO;
- Manter a situação actualizada junto dos agentes de protecção civil e outras entidades intervenientes;
- Recolher e tratar informação necessária à perspectivação da evolução futura através das ERAS e EAT;

- Analisar possíveis cenários, a sua evolução e os riscos que contêm e propor as medidas adequadas de contenção;
- Analisar dados ambientais e sociais relevantes para o apoio à decisão;
- Assegurar o fluxo de informação às entidades intervenientes no Plano, designadamente autoridades políticas, agentes de protecção civil e organismos e entidades de apoio;
- Elaborar e disseminar relatórios periódicos de situação.

Instruções Específicas:

- O COS é o responsável pela gestão da informação no TO e por manter o PCMun actualizado da evolução da situação.
- Compete à Célula de Planeamento e Operações do PCO:
  - Articular e avaliar toda a informação;
  - Receber, processar e analisar a informação das forças, organismos e entidades da ZS;
  - Actualizar o COS através de briefings periódicos da evolução da situação.
- Os relatórios de informação devem ser efectuados após a chegada das forças ao local e actualizados periodicamente, sempre que a alteração da situação o requeira, ou até um máximo de 4 horas;
- Os Relatórios Imediatos de Situação podem ser transmitidos pelo COS ao PCMun/COM pela via oral;
- O PCMun é responsável pela gestão da informação ao nível tático, devendo manter o COM e a CMPC actualizados da evolução da situação;
- Os Relatórios de Situação Geral têm origem no PCO, enviados ao PCMun, que por sua vez os envia ao CDOS, após terem sido levados ao conhecimento da CMPC, podendo, em casos especiais, ser verbais e passados a escrito no mais curto espaço de tempo possível;

- O COM pode solicitar ao COS Relatórios de Situação Especial, destinados a esclarecer pontos específicos ou sectoriais;
- Os relatórios deverão, no mínimo, conter informação sobre o ponto de situação das operações em curso, forças empenhadas, vítimas humanas, danos em edifícios, vias de comunicação, redes e infra-estruturas, avaliação de necessidades, perspectivas de evolução e acções futuras;
- O PCMun elaborará, a cada 8 horas, para a CMPC pontos de situação global referentes à ZS para divulgação.

#### **4.2. Informação ao público**

Entidade coordenadora: CMPC

Entidade Interveniente	Entidades de Apoio Territorial
Câmara Municipal Juntas de Freguesia abrangidas pela emergência	Agentes de Protecção Civil Organismos e entidades de apoio; Órgãos de Comunicação Social

O objectivo da informação ao público é estabelecer a organização, os meios e os procedimentos, bem como as responsabilidades dos serviços, agentes, entidades e organizações de apoio, para:

- Assegurar que a população é avisada e mantida informada, de modo a que possa adoptar as instruções das autoridades e as medidas de autoprotecção mais convenientes;
- Assegurar a divulgação à população da informação disponível, incluindo números de telefone de contacto, indicação de pontos de reunião ou centros de desalojados/assistência, listas de desaparecidos, mortos e feridos, locais de acesso interdito ou restrito e outras instruções consideradas necessárias;
- Garantir a relação com os órgãos de comunicação social e preparar, com periodicidade determinada, comunicados a distribuir;

- Organizar e preparar *briefings* periódicos e conferências de imprensa, por determinação do Director do Plano;
  - Organizar visitas dos OCS ao TO garantindo a sua recepção e acompanhamento;
  - Promover a articulação com os OCS, determinando a divulgação de comunicados ou outra informação necessária.
- a. O aviso e a informação pública podem ser desencadeados, através da utilização dos seguintes meios, em separado ou simultaneamente:
- (1) Botoneiras localizadas na BAYER;
  - (2) Difusão Telefone Fixo e celular;
  - (3) Avisos sonoros e instruções difundidos pelos altifalantes dos veículos dos CBV, PSP e da GNR;
  - (4) Radiodifusão de comunicados (ver Parte IV-III-3) e outra informação oficial pela Rádio Clube de Sintra (RCS), 91,2 FM e Rádio MEGA FM 88.0 FM;
  - (5) Pessoalmente através dos membros das Unidades Locais de Protecção Civil das Juntas de Freguesia das áreas abrangidas pela emergência.
- b. Na fase de aviso e informação pública, há que ter em conta:
- (1) Os munícipes com relutância em cumprir as instruções, os que não ouvem ou não entendam os avisos das autoridades, bem como as informações ou instruções que lhes são destinadas;
  - (2) Os munícipes que requerem cuidados especiais devido às incapacidades de que sofrem e o local onde residem.
- c. Responsabilidades específicas
- (1) CMPC
- A CMPC é responsável pela gestão da informação pública, competindo-lhe:
- Assegurar o funcionamento de um centro de atendimento telefónico público ou personalizado;

- Dar resposta às solicitações de informação;
- Difundir recomendações, linhas de actuação e a informação pertinente de sensibilização das populações para a tomada de medidas preventivas ajustadas à ocorrência;
- Elaborar e distribuir comunicados oficiais com a periodicidade que for necessária para esclarecer as populações, minimizar o ruído e neutralizar as fontes originadoras de boatos. Em princípio, na fase de emergência emitir um comunicado de 2 em 2 horas e na fase de reabilitação de 6 em 6 horas;
- Elaborar e distribuir comunicados oficiais;
- Centralizar a informação, proceder à sua análise e divulgação pelos OCS;
- Coordenar a actividade de aviso e informação pública;
- Identificar as medidas de autoprotecção a difundir

Compete ainda à CMPC, no domínio da relação com os órgãos de comunicação social:

- Actuar como porta-voz único para os OCS, em nome do Director do Plano;
- Assegurar a realização de briefings ou conferências de imprensa e informar os OCS do local das conferências;
- Assegurar a emissão de comunicados periódicos;
- Difundir recomendações e linhas de actuação, elaborar e propor comunicados oficiais a distribuir aos cidadãos.

(2) BAYER

- Accionar o aviso sonoro de alerta (toques intermitentes de cinco segundos, executados durante um minuto, repetidos cinco vezes, com intervalo de um minuto entre cada repetição);



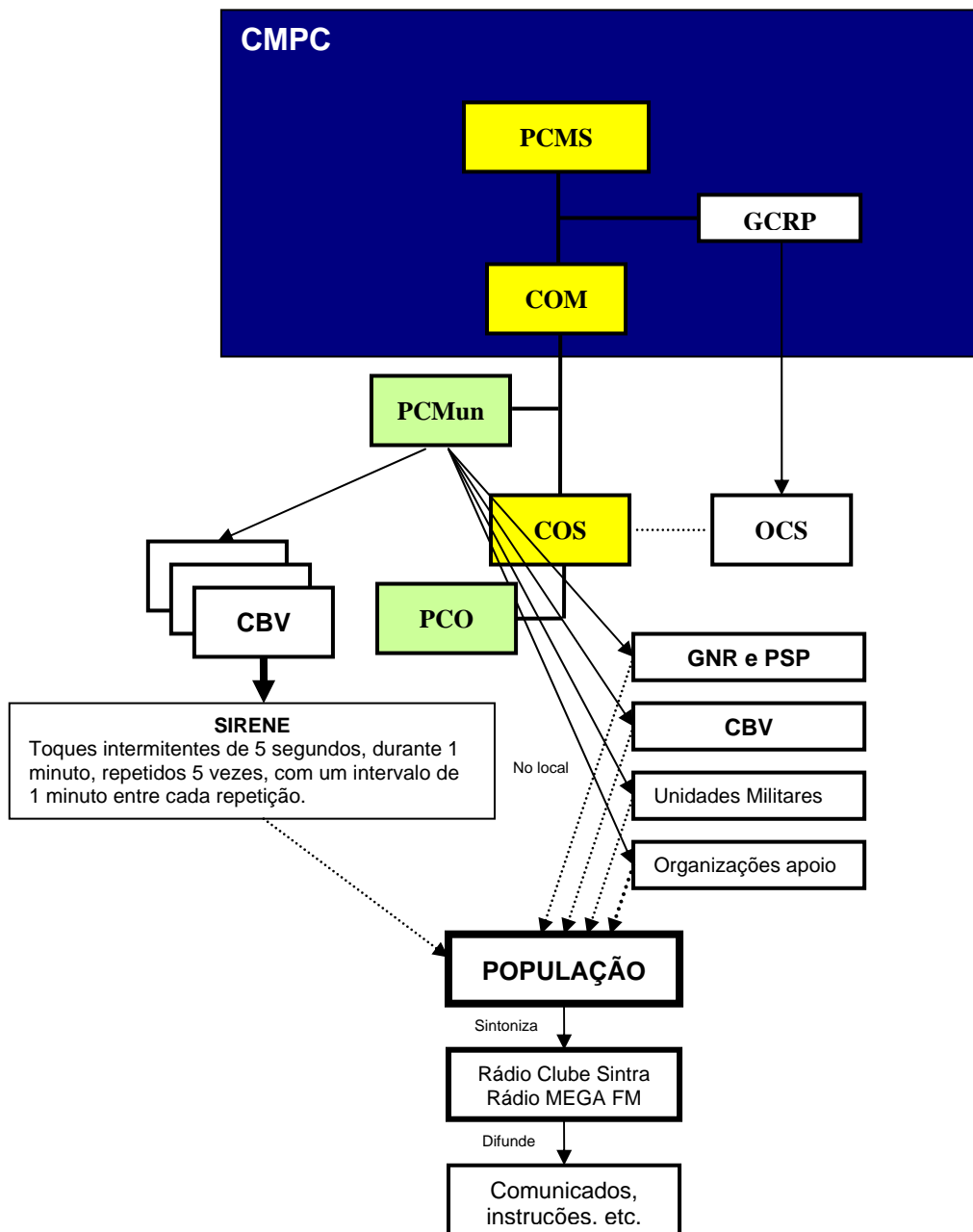
- Alertar as empresas, organismos e entidades num raio de 1 Km através de difusão telefone rede fixa e celular;
  - Informar o SMPC das acções executadas.
- (3) CBV de Agualva-Cacém, Belas, Queluz, Algueirão Mem-Martins, Sintra e São Pedro de Sintra e outros CBV que sejam chamados a intervir na ZS.
- Difundir avisos e informação pública às populações, através de veículos próprios com equipamentos adequados;
  - Em coordenação com as Juntas de Freguesia de Agualva, Cacém, Mira Sintra, Rio de Mouro, Monte Abraão, Massamá, Belas, Queluz, disseminar as ordens de evacuação.
- (4) SMPC
- Accionar o sistema programado de aviso da emergência das empresas, organismos, entidades e populações locais;
  - Manter o funcionamento expedito das linhas de informação publica e fornecer a informação autorizada até à instalação da CMPC.
- (5) Juntas de Freguesia abrangidas pela emergência
- Fornecer aos CBV locais e ao SMPC a informação dos munícipes que requerem cuidados especiais devido às limitações físicas que possuem e o local onde residem;
  - Colaborar com os CBV e com as forças de segurança na disseminação de ordens de evacuação;
  - Manter os munícipes da área e familiares informados sobre a situação.
- (6) Forças de segurança
- Colaborar na difusão de avisos e informação pública às populações;
  - Colaborar com os CBV, assim como com as Juntas de Freguesia no aviso aos munícipes e fazer cumprir as ordens emitidas.

- (7) Adjunto para as relações públicas do PCO
  - Estabelecer a ligação com a CMPC;
  - Prestar a informação autorizada aos OCS de acordo com as directivas recebidas.
- (8) Rádio Clube de Sintra e Rádio MEGA FM
  - Procede à divulgação dos avisos e informações, no âmbito da sua missão de serviço público, a pedido da CMPC.
- (9) CMS, juntas de freguesia, agentes, entidades e organizações de apoio
  - Encaminhar todas as questões colocadas pelos OCS para a CMPC;
  - Informar a população dos comunicados e fontes de informação.

**d. Instruções de coordenação**

- (1) As populações locais devem estar informadas para após o aviso das sirenes da BAYER, dos CBV, das forças de segurança, sintonizar as rádios Clube de Sintra (RCS), 91,2 FM e Rádio Ocidente 88.0 FM, onde serão divulgadas instruções e comunicados da situação. Este processo deve ser promovido e treinado pelo SMPC de forma a sensibilizar as pessoas para a importância do cumprimento das instruções emitidas, como medida de prevenção e por constituir um factor crítico de sucesso durante uma emergência.
- (2) A informação aos OCS é prestada, periodicamente pela CMPC, podendo conter:
  - Situação actual da ocorrência;
  - Acções em curso para o socorro e assistência às populações;
  - Áreas de acesso restrito;
  - Medidas de autoprotecção a serem adoptadas pelas populações;
  - Locais de reunião, acolhimento provisório ou assistência;
  - Números de telefone e locais de contacto para informações;

- Instruções para regresso de populações deslocadas.



CBV - Corpo de Bombeiros Voluntários  
CMOS - Centro Municipal de Operações e Socorro  
CMPC - Comissão Municipal de Protecção Civil  
COM - Comandante Operacional Municipal  
GCRP - Gabinete de Comunicação e Relações Públicas

GNR - Guarda Nacional Republicana  
OCS - Órgãos de Comunicação Social  
PSP - Polícia de Segurança Pública  
PCMS - Presidente da Câmara Municipal de Sintra

## 5. Procedimentos de Evacuação

Entidade coordenadora: GNR de Sintra.

Entidades Intervenientes	Entidades de Apoio Eventual
Forças de Segurança Câmara Municipal Corpos de Bombeiros Unidades Militares INEM USCVP	BAYER

O objectivo da evacuação é:

- Orientar e coordenar as operações de movimentação e evacuação das populações afectadas;
- Difundir junto das populações recomendações de evacuação;
- Definir itinerários de evacuação;
- Garantir o encaminhamento dos evacuados para as ZCAP;
- Reencaminhar o tráfego, de modo a não interferir com a movimentação da população a evacuar nem com a mobilidade das forças de intervenção;
- Criar pontos de controlo e barreiras de encaminhamento de tráfego, de modo a manter desimpedidos os itinerários de evacuação;
- Coordenar o acesso às áreas afectadas.

Para além da sua missão institucional no que respeita à ordem pública, segurança e controlo de tráfego, cabe primariamente às forças de segurança o encargo de orientar a movimentação e a evacuação das populações afectadas por uma emergência na BAYER com impacto externo. Esta acção é coordenada com o COS e é apoiada por outras entidades intervenientes na ZS.

Assim, após a definição das áreas a evacuar, o tráfego rodoviário deverá ser reencaminhado pelas forças de segurança, que poderá criar barreiras de encaminhamento de

tráfego. A população a evacuar é encaminhada para pontos de concentração definidos pelo COS em coordenação com o PCMun, sendo os itinerários de evacuação definidos pelas forças de segurança, tendo em consideração as áreas afectadas e a segurança. A partir dos pontos de concentração os evacuados, se necessário, são transportados para as ZCAP nos transportes fornecidos pela CMS, CBV e Unidades Militares. (Ver Anexo D)

ITINERÁRIO DE EVACUAÇÃO		PONTOS DE CONCENTRAÇÃO	
Campo Junto a Rotunda, Av Cidade de Londres	N	1	N 38° 46' 31.19; W 009° 18' 8.59
Campo Futebol Agualva	NE	2	N 38° 46' 32.97; W 009° 17' 12.30
Entroncamento R. de Colaride com R. Agualva dos Açores	E	3	N 38° 46' 8.03; W 009° 17' 11.61
Entroncamento R. Direita Massamá com Av. 25 de Abril	SE	4	N 38° 45' 27.37; W 009° 17' 20.70
Campo Futebol Cacém	NW	5	N 38° 46' 30.52; W 009° 19' 6.28
Campo de Ténis	W	6	N 38° 46' 23.92; W 009° 18' 50.70
Parque Empresa Rotunda Paço de Arcos com Estrada de Leão	SW	7	N 38° 45' 25.27; W 009° 18' 25.31
Campo Futebol junto R. Maria Inácia da Silva	W	8	N 38° 46' 2.52; W 009° 19' 48.48

O suporte logístico à evacuação em termos de água, alimentação e agasalhos é coordenado pela CMPC. O regresso das populações às áreas de residência é efectuado após autorização da CMPC, coordenado com o COS e controlado pelas forças de segurança, tendo em vista a manutenção das condições de tráfego.

a. Organização

(1) BAYER

Ao ouvir o sinal de alarme todas as pessoas no interior do estabelecimento abandonam o local onde se encontram e dirigem-se para o Ponto de Encontro.

O Ponto de Encontro é na Praça da Republica. O Coordenador da Evacuação da BAYER poderá indicar outro Ponto de Encontro caso o incidente que

provoca a emergência se situe no percurso para o Ponto de Encontro original ou se a direcção do vento o aconselhar.

Na evacuação o pessoal segue as seguintes regras práticas:

- Integra qualquer pessoa estranha na evacuação;
- Interrompe toda a actividade operacional possível.

Excepção: A equipa que combate a emergência mantém-se no posto, se não estiver em perigo.

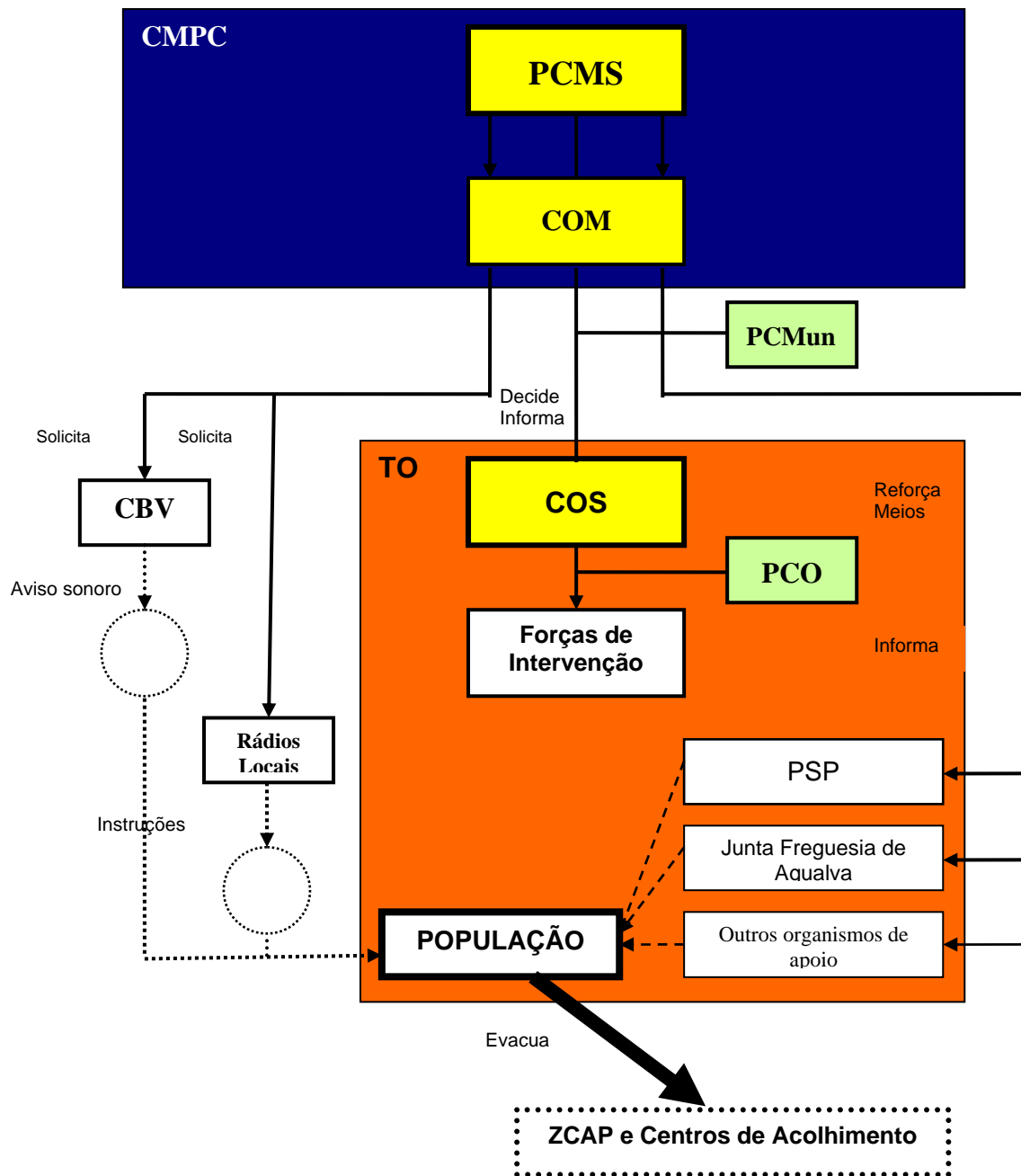
(2) Comandante da Esquadra do Cacém e outras forças de segurança

Quando existe uma emergência na BAYER a Esquadra de Polícia do Cacém é informada e intervém na ocorrência de acordo com a situação. Se o PEEB for activado as Esquadras adjacentes de Massamá, São Marcos, Rio de Mouro e Queluz passam automaticamente a um estado de alerta elevado e intervêm a pedido da CMPC. As esquadras de Mira Sintra, Algueirão Mem-Martins e Esquadra de Casal de Cambra preparam-se para apoiar as forças de segurança empenhadas na operação em coordenação com o COS. São responsabilidades das forças de segurança:

- Coordenar as actividades de movimentação e evacuação;
- Mobilizar os meios próprios necessários à movimentação e evacuação das populações;
- Assegurar a operacionalidade permanente dos meios necessários à manutenção da segurança e evacuação das populações, bem como da movimentação e controlo de tráfego;
- Garantir a segurança de pessoas e bens, na zona de sinistro e nas ZCAP;
- Orientar a evacuação e a movimentação das populações, de acordo com as decisões da CMPC e orientações do COS.

(3) PCMun

- Coordena o aviso e as medidas de autoprotecção a difundir às populações;



CBV - Corpos de Bombeiros Voluntários  
CMPC - Comissão Municipal de Protecção Civil  
COM - Comandante Operacional Municipal  
COS - Comandante das Operações de Socorro  
GNR - Guarda Nacional Republicana  
PCO - Posto de Comando Operacional  
PCMun - Posto de Comando Municipal  
PSP - Polícia de Segurança Pública  
TO - Teatro e Operações

- Em coordenação com o PCO, informação recolhida pelas ERAS e EAT identifica os locais de concentração para onde se devem dirigir as populações a evacuar e confirma as ZCAP;
  - Apresenta à CMPC as necessidades em transportes.
- (4) CBV, USCVP, unidades militares
- Apoiar as forças de segurança na evacuação das populações;
  - Colocar os meios próprios disponíveis à disposição da evacuação das populações com necessidades especiais.
- (5) Junta de Freguesia de Agualva e Juntas de Freguesia abrangidas pela emergência
- Promover a identificação dos munícipes com incapacidades físicas ou outras, com necessidade do emprego de meios especiais em caso de evacuação;
  - Apoiar as forças de segurança na evacuação das populações;
  - Colocar os meios próprios disponíveis à disposição da evacuação das populações com necessidades especiais, designadamente, incapacitados e deficientes;
  - Proceder ao recenseamento dos evacuados;
  - Diligenciar, em coordenação com a CMPC, o apoio logístico aos deslocados.
- (6) Agrupamentos de Centros de Saúde de Sintra
- Colaborar com as Junta de Freguesia do Cacém e com as Juntas de Freguesia abrangidas pela emergência na identificação dos munícipes cujas incapacidades físicas levam à necessidade do emprego de meios especiais em caso de evacuação;
  - Apoiar as Juntas de Freguesia afectadas pela ocorrência na prestação de cuidados de saúde e apoio psicológico.
- (7) CMS



- Garantir os transportes disponíveis necessários à evacuação das populações com necessidades especiais;
- Colaborar na criação de barreiras de acesso à ZS;
- Apoiar a Junta de Freguesia do Cacém e as Juntas de Freguesia afectadas pelo acidente na movimentação de munícipes cujas incapacidades físicas necessitam do emprego de meios especiais em caso de evacuação;
- Apoiar as Juntas de Freguesia atingidas pela ocorrência na logística dos deslocados.

(8) Outras entidades e organizações

- Apoiar as forças de segurança na evacuação das populações.
- Apoiar a Junta de Freguesia de Agualva e as Juntas de Freguesia afectadas pela emergência nas acções logísticas dos deslocados.

b. Instruções de coordenação

(1) Ordem pública

- Após a identificação da ZS, o tráfego rodoviário em redor do TO é reencaminhado pelas forças de segurança de modo a não interferir com a movimentação das populações a evacuar e a mobilidade das demais forças de intervenção;
- O acesso à ZS deve ser limitado às forças de intervenção e organizações de apoio, através da criação de barreiras e outros meios de controlo, contando as forças de segurança, para tal, com o apoio da CMS, designadamente da Direcção Municipal de Obras e Intervenção Local;
- As zonas evacuadas serão sujeitas ao patrulhamento das forças de segurança, com vista a impedir roubos e pilhagens, sendo detidos todos os indivíduos aí encontrados que não estejam devidamente autorizados pelas forças de segurança;
- As forças de segurança destacam pessoal para garantir a segurança na ZS e ZCAP;

- A segurança nos estabelecimentos industriais e comerciais deve ser reforçada pelos respectivos empresários.
- (2) Movimentação e evacuação das populações
- Cabe ao COS a decisão sobre a evacuação das populações de áreas, localidades ou edificações, a qual é imediatamente comunicada à CMPC;
  - Face à deliberação de evacuação, as forças de segurança comparecem no local, utilizando os procedimentos próprios no aviso e encaminhamento das populações para fora da área a evacuar, acção para a qual conta com o apoio da Junta de Freguesia de Agualva, Juntas de Freguesia atingidas pela ocorrência, CBV, unidades militares e outras entidades e organizações;
  - Estabelecidas pela CMPC as vias de evacuação, as forças de segurança, com o apoio da Direcção Municipal de Obras e Intervenção Local, criam barreiras de encaminhamento de tráfego e pontos de controlo, que se destinam a prestar assistência aos evacuados e a manter o fluxo da movimentação em direcção aos pontos de concentração e daí para as ZCAP;
  - O regresso das populações às áreas anteriormente evacuadas é controlado pelas forças de segurança, tendo em vista a manutenção das condições de tráfego.

## 6. Manutenção da Ordem Pública

Entidade coordenadora: Esquadra da Polícia do Cacém

Entidades Intervenientes	Entidades de Apoio Eventual
Forças de Segurança	Polícia Municipal Unidades militares Empresas de segurança privadas

São objectivos de manutenção da ordem pública:

- Garantir a manutenção da lei e da ordem, proteger os bens pessoais, impedindo acções ilícitas;
- Proteger as áreas e propriedades abandonadas e que tenham sofrido danos em consequência da ocorrência, as quais podem estar sujeitas a actividades criminosas;
- Assegurar o condicionamento de acesso de pessoas e veículos ao TO;
- Garantir a segurança de área no TO em estreita coordenação com outros agentes de protecção civil;.
- Garantir o controlo de acessos ao PCO, PCMun e CMPC a pessoas devidamente autorizadas.

Prioridades de acção:

- Após a identificação da ZS, o tráfego rodoviário em redor do TO é reencaminhado pelas forças de segurança de modo a não interferir com a movimentação das populações a evacuar e a mobilidade das demais forças de intervenção;
- O acesso à ZS deve ser limitado às forças de intervenção e organizações de apoio, através da criação de barreiras e outros meios de controlo, contando as forças de segurança, para tal, com o apoio da CMS, designadamente da Direcção Municipal de Obras e Intervenção Local;
- As zonas evacuadas serão sujeitas ao patrulhamento das forças de segurança, com vista a impedir roubos e pilhagens, sendo detidos todos os indivíduos aí encontrados que não estejam devidamente autorizados pelas forças de segurança;
- As forças de segurança destacam pessoal para garantir a segurança na ZS e ZCAP;
- A segurança nos estabelecimentos industriais e comerciais deve ser reforçada pelos respectivos empresários.

a. Segurança Pública

A BAYER encontra-se na área de jurisdição da Esquadra da Polícia do Cacém. Esta força de segurança é primariamente responsável pela manutenção da ordem pública. Em caso de necessidade, esta força é apoiada por unidades de segurança da GNR de Sintra,

Colares e Pêro Pinheiro. De acordo com o desenvolvimento da emergência, as Esquadras adjacentes de Massamá, São Marcos, Rio de Mouro e Queluz podem ter que intervir nas suas áreas de jurisdição em apoio a este PEEB. Do mesmo modo, dependendo da evolução da situação as esquadras de Mira Sintra, Algueirão Mem-Martins e Esquadra de Casal de Cambra devem aumentar a prontidão, a fim de tomarem conta da ocorrência nas suas áreas de jurisdição, ou no caso de não serem atingidos pelo acidente, preparar-se para apoiar as operações de acordo com as solicitações da CMPC. A Polícia Municipal constitui-se numa reserva para intervir à ordem do PCMS. As empresas de segurança privadas sedeadas no concelho podem ser solicitadas pela CMPC para apoiar as operações.

Estas forças devem estar preparadas para desencadear parcialmente ou na totalidade as seguintes tarefas:

- Patrulhar as zonas evacuadas com vista a proteger a propriedade privada e a impedir acções de vandalismo e outras actividades ilícitas;
  - Garantir a segurança dos estabelecimentos e instalações incluídos na Parte IV, Secção II, 3.2.1. de acordo com o cenário e área evacuada. Este controlo de segurança poderá implicar o apoio de empresas privadas de segurança, a mobilizar pelos detentores das instalações;
  - Reencaminhar o tráfego rodoviário de forma a evitar a ZS de modo a não interferir com a mobilidade das forças de intervenção. Para tal as forças de segurança podem criar barreiras ou outros meios de controlo, bem como corredores de emergência;
- b. **Perímetros de Segurança e Segurança de Área (Conceitos):**
- (1) *Perímetros de Segurança*: Separação física de local, espaço ou zona, assegurada ou não por elementos das forças de segurança, que visa reduzir, limitar ou impedir o acesso de pessoas, veículos ou outros equipamentos a locais onde não estão autorizados a permanecer;
  - (2) *Segurança de Área*: Missão de garantir a segurança no interior do perímetro existente, que pode ser assegurada pelas Forças de Segurança e ou pelas Unidades Militares;

- (3) *Área de Segurança Vermelha*: Espaço onde está instalado o PCO;
  - (4) *Área de Segurança Amarela*: Espaço onde estão instaladas as ZCAPs;
  - (5) *Área de Segurança Verde*: Espaço destinado aos OCS.
- c. Execução dos Perímetros de Segurança (Postos de Comando)
- (1) Perímetro de Segurança Exterior:
    - O Perímetro Exterior é definido pelo círculo da ZS. A segurança é garantida pelos Postos de Controlo de acesso à ZS;
    - São distribuídos pelo SMPC cartões de acesso que serão apostos em local bem visível e disponibilizados sempre que for solicitado.
  - (2) Perímetro de Segurança Interior
    - Em termos de Segurança de Área ao PCO (zona Vermelha), o perímetro de Segurança será garantido por barreiras físicas, com controlo de acessos e com segurança de área executada, em princípio, pela força de segurança que detém a jurisdição local;
    - A força de segurança garante que só tem acesso à zona Vermelha quem for possuidor do cartão de segurança com esta cor;
    - O cartão de segurança com a cor vermelha permite o acesso a todas as áreas inseridas no perímetro exterior.
  - (3) Execução dos Perímetros de Segurança


São incumbências das forças de segurança:


    - Garantir, dentro do possível, o condicionamento e o controlo da área e impedir o acesso de pessoas e veículos à zona afectada;
    - Permitir a entrada e saída de viaturas de emergência e de protecção civil à zona afectada;
    - De acordo com a área evacuada, garantir a segurança das instalações enumeradas na Parte IV, Secção II, 3.2.1, sendo apoiados nesta missão pela segurança privada das empresas;

- Garantir a segurança de instalações sensíveis;
- Garantir a segurança física de pessoas e bens na zona afectada.

(4) Modelo de Cartão de Segurança:

	<b>NÚMERO</b>	
	<b>NOME</b>	
	<b>ENTIDADE</b>	

	<b>NÚMERO</b>	
	<b>NOME</b>	
	<b>ENTIDADE</b>	

	<b>NÚMERO</b>	
	<b>NOME</b>	
	<b>ENTIDADE</b>	

(5) Controlo de acessos e Ficha de Controlo Diário

- Identificação da pessoa através de documento de identificação válido;
- Entrega de Cartão de Segurança para a área a ser acedida, que será apostado em local bem visível e disponibilizado sempre que for solicitado. O Cartão de Segurança inclui o símbolo gráfico do SMPC, espaço



quadrangular colorido respeitante à área de acesso, número sequencial com 4 dígitos, nome (primeiro e último) e indicação do Serviço/Entidade.

- Os acessos devem ser registados em Ficha de Controlo Diário, onde conste o número do cartão de segurança, nome, entidade a que pertence, área a que tem acesso (Vermelha, Amarela ou Verde), hora de entrada e de saída, indicação da pessoa com quem vai contactar.

[illegible]

## 7. Serviços Médicos e Transporte de Vítimas

Entidade coordenadora: Instituto Nacional de Emergência Médica

Entidades Intervenientes	Entidades de Apoyo Eventual
--------------------------	-----------------------------

Instituto Nacional de Emergência Médica Autoridade de Saúde Concelhia CBV de Montelavar e São Pedro de Sintra USCVP	Outros CBV Unidades militares Forças de Segurança
--	---

Um acidente grave na BAYER pode originar vítimas, designadamente queimados e intoxicados por gases no interior das instalações e nas populações que estiverem sujeitos ao contacto directo com a nuvem de gases tóxicos. Todos eles requerem a prestação de cuidados médicos de emergência, nomeadamente triagem, estabilização e transporte das vítimas para os hospitais e outras Unidades de Saúde. Neste contexto, o COS mantém o COM informado sobre a situação, designadamente meios complementares necessários e número potencial de vítimas. O COM informa a CMPC e assegura que as necessidades são supridas.

Compete à CMPC, através da Autoridade de Saúde Concelhia, a identificação dos meios a solicitar e em coordenação com o INEM o estabelecimento da ligação aos hospitais de evacuação e prestar as informações pertinentes sobre o tipo de ocorrência e o número potencial de vítimas. O INEM através dos meios próprios enviados para o local, pode montar e gerir postos de triagem, de assistência pré-hospitalar e de evacuação secundária, em estreita articulação com o COS.

Para determinados acidentes e catástrofes as capacidades locais podem ser limitadas, pelo que devem ser assegurados mecanismos de transferência para outras unidades hospitalares de referência.

Neste contexto torna-se necessário seguir as seguintes prioridades de acção:

- Coordenar as acções de saúde pública;
- Estabelecer áreas de triagem das vítimas;
- Assegurar a montagem, organização e funcionamento de Postos Médicos Avançados;
- Implementar um sistema de registo de vítimas desde o Teatro de Operações até à Unidade de Saúde de destino.



A triagem primária é da competência dos CBV das áreas abrangidas pela emergência, sendo apoiados nessa tarefa pelos CBV enviados em reforço pelo COM. O INEM e a Cruz Vermelha Portuguesa (CVP) colaboram nessa acção de acordo com as suas disponibilidades;

A localização dos Postos/Áreas de triagem é identificada pelo COS e deverá estar tão perto quanto possível das zonas mais afectadas dentro da ZS, respeitando as distâncias de segurança;

a. Organização

Para acidente grave na BAYER com vítimas, os meios do INEM sedeados no Concelho de Sintra podem não ser suficientes para apoiar as necessidades impostas pela ocorrência. Assim, caso se verifiquem constrangimentos, nomeadamente na triagem, assistência pré-hospitalar e evacuação secundária, a CMPC solicita reforços ao CDOS.

(1) CMPC/Autoridade de Saúde do Concelho

- Coordenar, em estreita coordenação com o INEM, as actividades de prestação de cuidados médicos de emergência, de acordo com a situação exposta pelo COM, assegurando uma única cadeia de comando para a área de intervenção médico sanitário;
- Assegurar a montagem de postos de triagem e de evacuação primária e secundária, em estreita colaboração com o INEM;
- Assegurar a articulação com o Hospital Amadora Sintra e, se necessário, com outras unidades hospitalares e com os centros de saúde de Sintra, com vista a garantir a máxima assistência médica possível;
- Em coordenação com os Directores Executivos dos Agrupamentos dos Centros de Saúde e o director do Hospital Amadora Sintra, dirigir as acções de controlo ambiental, de doenças e da qualidade dos bens essenciais e estabelecer os locais de reunião de mortos e morgues provisórias e organizar o registo de feridos e mortos.

(2) CBV

- Socorrer as vítimas com recurso às técnicas de SBV;

- Assegurar a triagem e evacuação primária das vítimas;
- Transportar os feridos ligeiros para a ZCAP.

(3) INEM

- Em coordenação com o COS, apoiar, através dos meios próprios enviados para o local, as CBV a instalar e gerir os postos de triagem e de evacuação primária e secundária;
- Colaborar nas acções de triagem e evacuação primária, assim como nas acções de triagem e evacuação secundária;

(4) USCVP

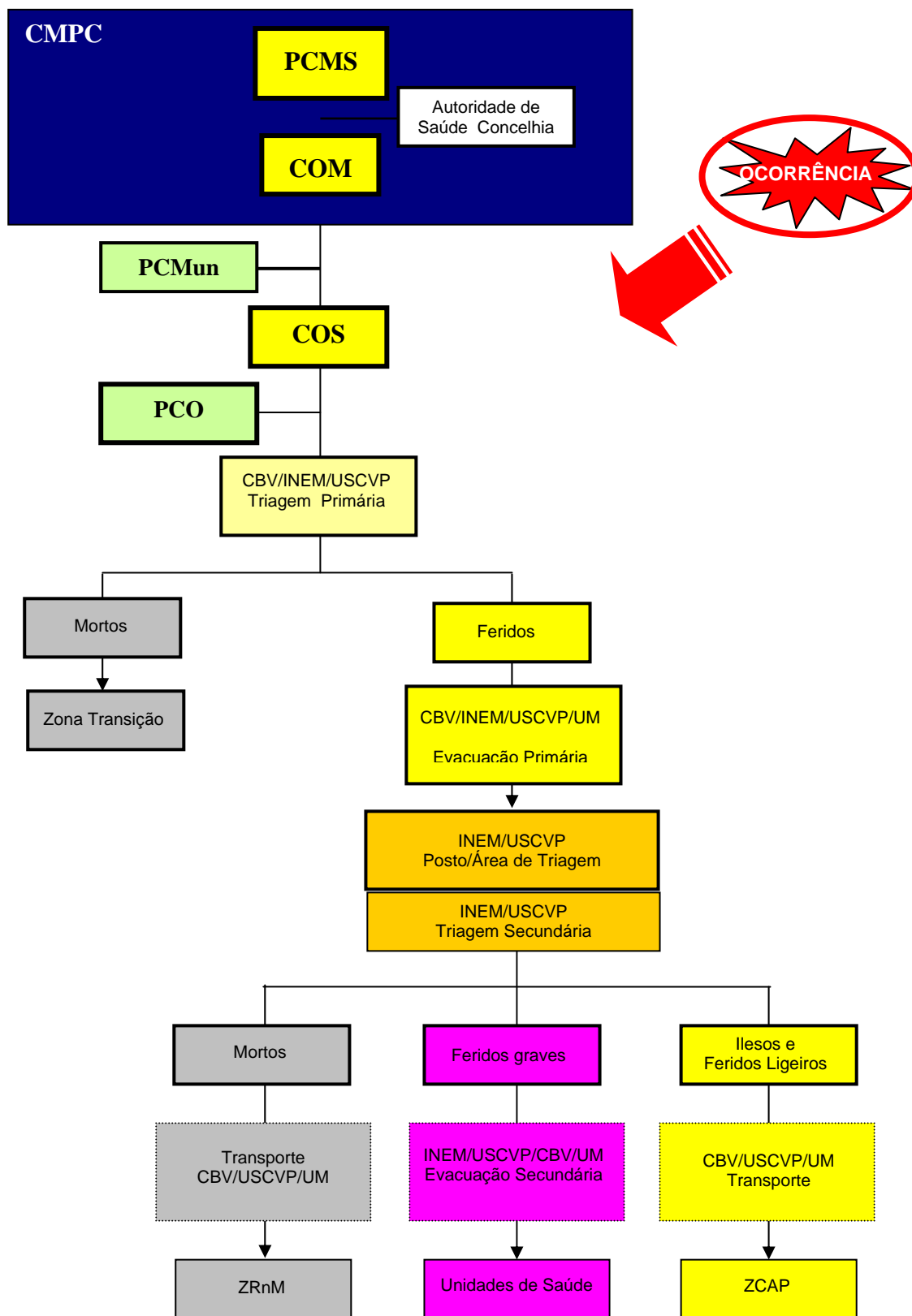
- Em coordenação com o COS, apoiar, através dos meios próprios enviados para o local, os CBV nas acções de triagem e evacuação primária, assim como nas acções de triagem e evacuação secundária;
- Colaborar no transporte de feridos ligeiros para a ZCAP.

(5) Unidades militares

- Apoiar os CBV, o INEM e a CVP nos Postos e Áreas de triagem;
- Colaborar na prestação de cuidados de saúde de emergência, na medida das suas disponibilidades;
- Apoiar o COS, através dos meios próprios enviados para o local, no transporte de ilesos e feridos ligeiros para a ZCAP.

(6) Forças de Segurança

- Controlar o acesso aos postos de triagem primária e secundária, ZRnM e ZCAP;
- Manter abertos corredores de circulação destinados à evacuação primária e secundária.



A localização dos postos de triagem e os postos médicos avançados é a que a seguir se apresenta:

POSTOS DE TRIAGEM			
R. Quinta do Recanto, Campo de Futebol	N	Nº 1	38°46'21.95"N; 009°17'51.18"W
R Elias Garcia (Largo Junto Viaduto)	W	Nº 2	38°46'3.43"N; 009°17'57.27"W
Campo de futebol salão	E	Nº 3	38°46'17.84"N; 009°17'36.88"W
Parque Rua Cabo Verde	SW	Nº 4	38°46'3.17"N; 009°18'11.38"W
POSTOS MÉDICOS AVANÇADOS			
Hospital Amadora Sintra	N.º 1	IC19 - Venteira 2720 – 276 Amadora Tel.: 21 434 8200 Fax: 21434 5566	
Centro Saúde Algueirão Mem Martins	N.º 2	Estrada de Mem Martins, 247; 2725-391 Mem Martins Tel: 21 922 2130; Fax: 21 920 0034	
Centro de Saúde de Rio de Mouro	N.º 3	Av. Infante D. Henrique, 39/41; 2635-367 Rio de Mouro, Telefone 21917 8110; Fax: 21 917 6715	
Centro de Saúde do Cacém	N.º 4	Rua Afonso de Albuquerque, 14; 2735-045 Agualva Cacém ,Tel: 21 913 3170; Fax: 21 914 7252	
Centro de Saúde de Queluz	N.º 5	Avª da Liberdade, lote 36 e 37 Monte Abraão; 2745-298 Queluz, Tel 21 430 9200; Fax: 21 439 4259	
SUB – Serviço de Urgência Básica	N.º 6	Rua das Eiras, n.º 34; 2725 – 297 Mem Martins, Tel.: 21 434 5535 Fax: 21 434 5533	

## 8. Socorro e Salvamento

Entidade Coordenadora: CMPC

Entidades Intervenientes	Entidades de Apoio Eventual
CBV GNR PSP INEM USCVP	Unidades Militares Polícia Municipal

Cabe ao CBV de Agualva-Cacém a intervenção inicial na BAYER. O COS avalia a situação, o tipo de ocorrência, o local e a extensão, o número potencial de vítimas e os meios de reforço necessários. As informações recolhidas devem ser transmitidas ao COM e este, por sua vez, à CMPC. O COM destaca para o local as ERAS e EAT e, se necessário, envia forças de CBV adjacentes de segunda intervenção. São prioridades de socorro e salvamento:

- Avaliar a área afectada e desencadear acções de busca e salvamento;
- Coordenar as acções de busca e salvamento a fim de minimizar perdas de vidas;
- Gerir as operações de socorro, triagem e evacuação primária;

- Colaborar na determinação de danos e perdas.
- a. **Organização e responsabilidades**
  - (1) CBV de Agualva-Cacém com apoio de outros CBV
    - Coordenar as actividades de socorro e salvamento;
    - Organizar os meios de modo a garantir a primeira intervenção imediatamente após a recepção do alerta;
    - Na função de COS avaliar e manter o COM informado da situação;
    - Levar a cabo as acções de busca e resgate;
    - Efectuar a triagem primária, estabilização e evacuação primária;
    - Combater os incêndios;
    - Receber o apoio do INEM, forças de segurança e unidades militares.
  - (2) PCMun
    - Manter a actualização e avaliar a situação;
    - Processar a informação recebida das ERAS e EAT;
    - Manter a CMPC actualizada, em permanência, através do COM;
    - Assegurar os procedimentos de alerta da responsabilidade da CMPC;
    - Executar e coordenar as acções determinadas pela CMPC.
  - (3) Esquadra da Polícia do Cacém e outras forças de segurança, de acordo com as necessidades e as áreas atingidas pelo acidente
    - Mobilizar os meios próprios necessários ao apoio às acções de socorro e salvamento;
    - Apoiar os CBV nas acções de busca e resgate, triagem e evacuação primária;
    - Garantir a segurança de pessoas e bens, nas zonas de sinistro e ZCAP.

(4) Unidades militares

- Colocar os meios próprios disponíveis à disposição da CMPC para apoio às acções de socorro e salvamento;
- Apoiar os CBV nas acções de busca e resgate, triagem e evacuação primária.

b. Instruções de coordenação

(1) Primeira intervenção

O chefe da primeira equipa de intervenção dos corpos de bombeiros assume a função de COS e, de imediato, tem em conta os seguintes procedimentos:

(a) Avalia rapidamente a situação e identifica:

- O tipo de ocorrência (o quê?);
- O local e a extensão (onde? que proporções?);
- O número potencial de vítimas (quantas?);
- O NOE (I, II, III) e a necessidade de meios de reforço;

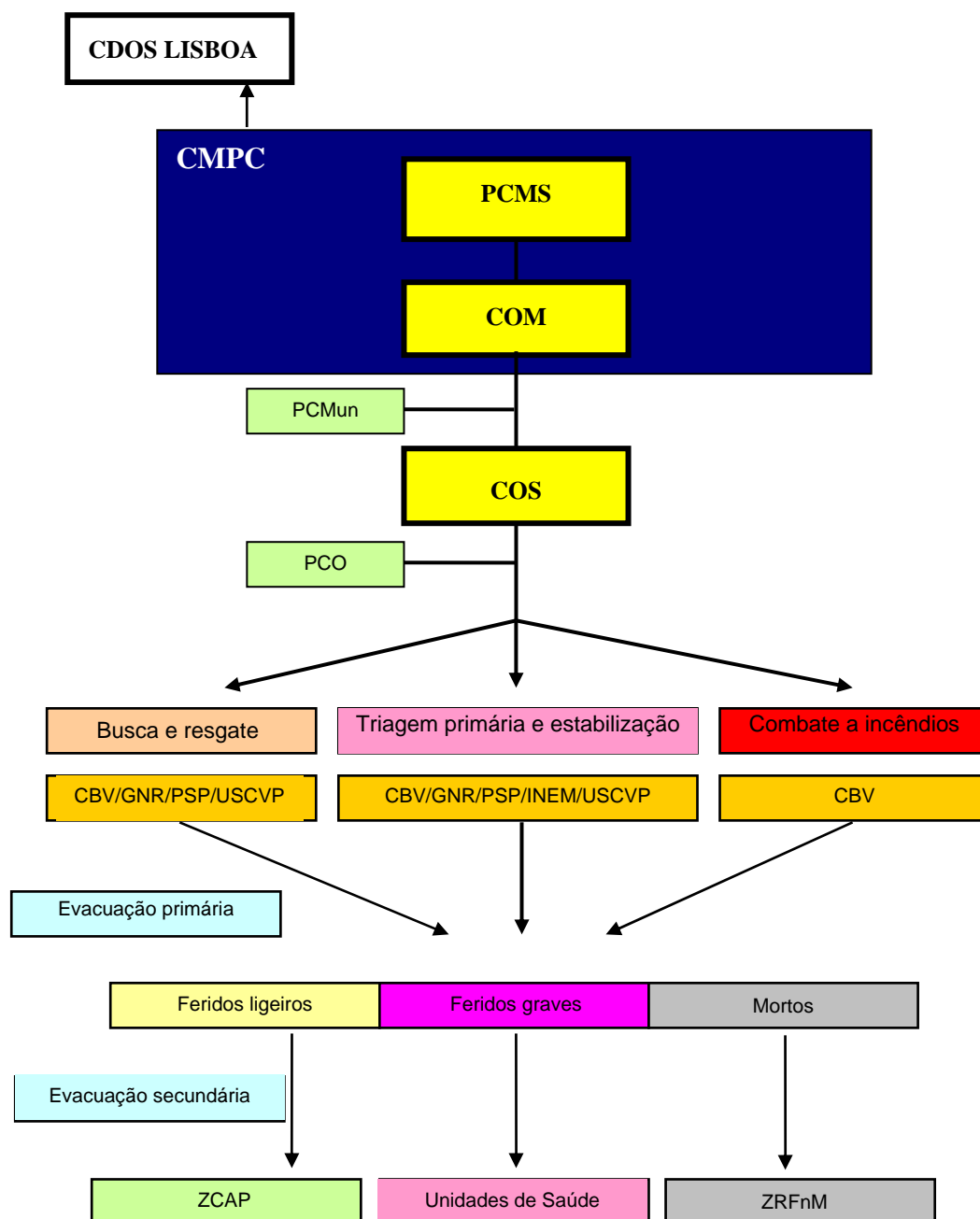
(b) Informa, de imediato, o COM da situação e propõe o NOE;

(c) Inicia o processo de organização do TO;

(2) Passagem à condição de ocorrência dominada

(a) O COS propõe ao COM e este por sua vez à CMPC a passagem da ocorrência à condição de dominada, o que implica que a emergência estabilizou ou regrediu, possibilitando uma maior disponibilidade para as questões relacionadas com a assistência às populações;

(b) Nesta condição, os CBV, em cooperação com as demais forças de intervenção, devem controlar todo o perímetro da ocorrência, com o apoio das forças de segurança, manter na área o pessoal estritamente necessário às acções a desenvolver.



### (3) Termo da fase de intervenção

- (a) A CMPC, após ouvir o COM, determina o fim da fase de intervenção e a passagem à fase de reabilitação, quando estiverem completadas todas as necessidades relativas à supressão da ocorrência, no que respeita ao socorro e salvamento;

- (b) Terminada a fase de intervenção, o COM dá instruções ao COS para proceder à desmobilização dos meios não necessários à fase subsequente;
- (c) Todas as restantes forças limitam os meios de intervenção às necessidades da fase de reabilitação;
- (d) A CMPC decide do regresso das populações desalojadas às áreas consideradas seguras.

## 9. Serviços Mortuários

Entidade Coordenadora: Ministério Público (coadjuvado técnica e operacionalmente pelo Instituto Nacional de Medicina Legal)

Entidades Intervenientes	Entidades de Apoio Eventual
Ministério Público (MP) INML Autoridade de Saúde Concelhia Forças de Segurança Polícia Judiciária (PJ)	Unidades militares USCVP CBV

O PEEB deve acautelar a organização para assegurar a recolha e o depósito de cadáveres, tarefas muito sensíveis, que devem ser levadas a cabo através de procedimentos rigorosos, pois a sua importância é enorme nos aspectos que se prendem com a investigação forense, quando, face ao tipo de ocorrência, haja necessidade de a realizar.

A recolha é feita para a ZRnM. As tarefas ligadas às morgues provisórias relacionam-se com o trabalho desenvolvido pelas equipas do Instituto de Medicina Legal, que culmina na identificação e entrega dos corpos para serem sepultados.

É, assim necessário assegurar:

- A criação de Equipas Responsáveis por Avaliação de Vítimas (ERAV);
- O correcto tratamento dos cadáveres, conforme os Procedimentos Operacionais previstos;



- A constituição da Zona de Reunião de Mortos (ZRnM) e dos Necrotérios Provisórios (NecPro);
  - Uma eficaz recolha de informações que possibilite proceder, com a máxima rapidez e eficácia, à identificação dos cadáveres, nomeadamente no que respeita à: colheita de dados Post-mortem (PM), colheita de dados Ante-mortem (AM) e cruzamento de dados PM/AM;
  - A presença das Forças de Segurança nos locais onde decorrem operações de mortuária de forma a garantir a manutenção de perímetros de segurança;
  - A integridade das zonas onde foram referenciados e recolhidos os cadáveres com vista a garantir a preservação de provas, a análise e recolha das mesmas;
  - A capacidade de transporte de cadáveres ou partes de cadáveres;
  - Garantir uma correcta tramitação processual de entrega dos corpos identificados.
- a. Organização e responsabilidades
- O chefe da ERAV é o representante das forças de segurança. O médico que integra a ERAV é enviado pela Autoridade de Saúde;
  - Localizado um corpo sem sinais de vida, o médico da ERAV verificará o óbito e procederá à respectiva etiquetagem em colaboração com o elemento da PJ;
  - Caso sejam detectados indícios de crime, o chefe da ERAV poderá solicitar exame por perito médico-legal, antes da remoção do cadáver para a ZRnM;
  - A autorização de remoção de cadáveres ou partes de cadáveres, do local onde foram inspeccionados até à ZRnM, haja ou não haja suspeita de crime, cabe ao MP e é solicitada pelo chefe da ERAV;
  - A autorização do MP para remoção é transmitida mediante a identificação do elemento policial que chefia a ERAV, dia, hora e local da remoção, conferência do número total de cadáveres ou partes de cadáveres cuja remoção se solicita, com menção do número identificador daqueles em relação aos quais haja suspeita de crime;

- A autorização anterior é solicitada ao magistrado do MP designado ou integrado na estrutura municipal, ou, em caso de impossibilidade, noutra estrutura onde esteja presente;
- Compete às forças de segurança da jurisdição promover a remoção dos cadáveres ou partes de cadáveres devidamente etiquetados e acondicionados em sacos apropriados (“body-bags”), também devidamente etiquetados, podendo para o efeito requisitar a colaboração de quaisquer entidades públicas ou privadas. Os CBV, a CVP e as unidades militares, mediante as suas disponibilidades, colaboram nas operações de remoção dos cadáveres para as ZRnM e/ou destas para os NecPro;
- O MP autoriza a remoção dos cadáveres ou partes de cadáveres do local onde foram etiquetados para as ZRnM e destas para os NecPro, para realização, nestes, de autópsia médico-legal e demais procedimentos tendentes à identificação, estabelecimento de causa de morte e subsequente destino do corpo ou partes ou fragmentos anatómicos;
- Compete à CMS providenciar equipamento para os NecPro de acordo com indicações do INML, designadamente o fornecimento de iluminação, macas com rodas, mesas de trabalho, sacos de transporte de cadáveres, pontos de água e energia;
- A identificação de cadáveres resulta exclusivamente de técnicas médico-legais e policiais, registadas em formulários próprios;
- Deverá ser assegurada a presença de representantes do Instituto de Registos e Notariado nos NecPro para proceder ao assento de óbitos e garantir toda a tramitação processual e documental associada;
- Aquando da activação do PEEB, e tendo como missão a recolha de dados ante-mortem, promover-se-á a activação de um ou mais Centros de Recolha de Informação, conforme decisão do MP e sob responsabilidade da PJ e do INML;

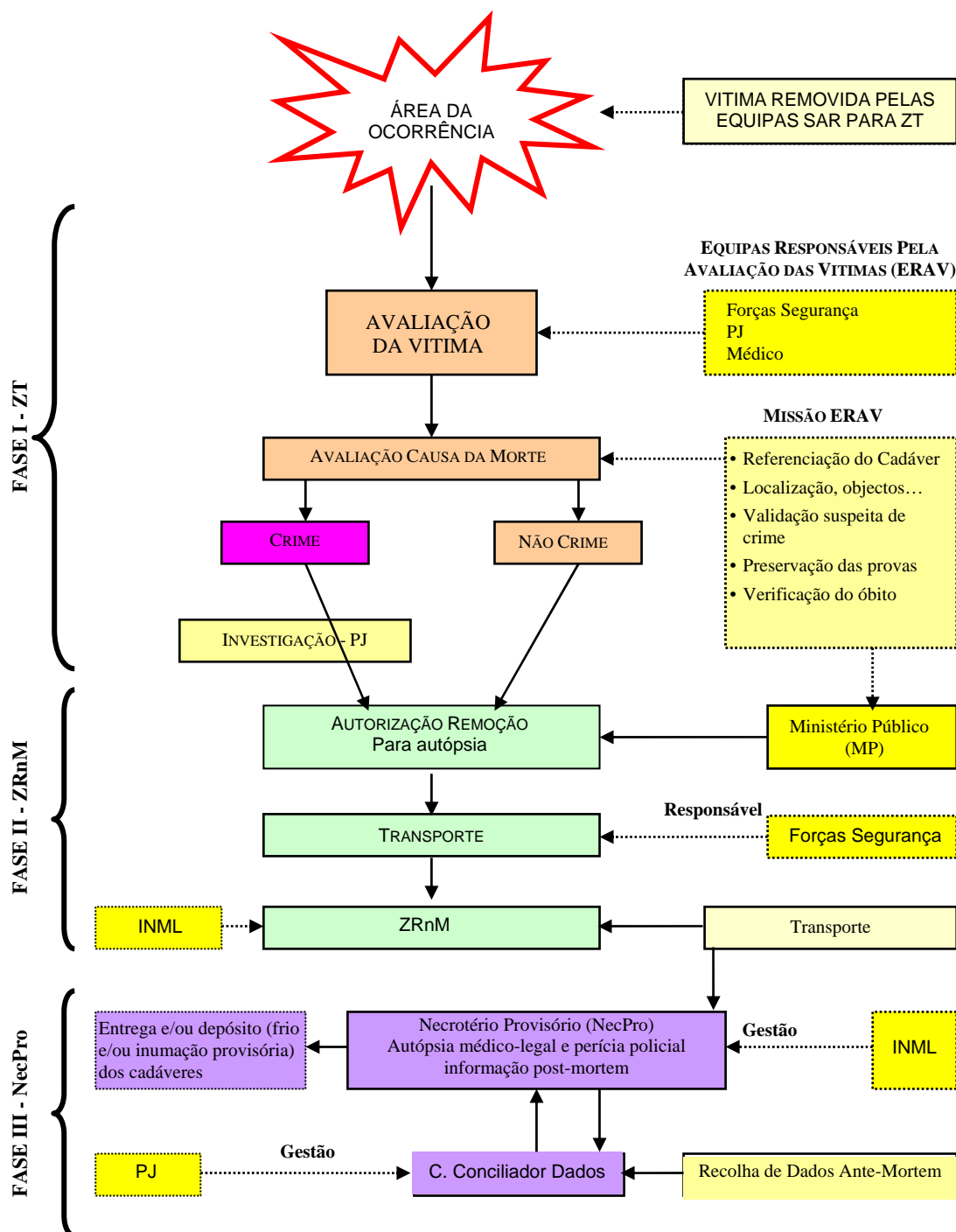
- Os cadáveres que se encontrem na área do acidente são levados para ZRnM desenrolando-se, a partir daí, os procedimentos previstos no fluxograma;
- Para os cadáveres que se encontrem nos hospitais e unidades de saúde adoptam-se os procedimentos habituais de validação de suspeita de crime, identificação de cadáver e de confirmação do óbito. Estes estabelecimentos constituem-se automaticamente como ZRnM pelo que, após as formalidades legais internas e autorização do MP, são transportados para o NecPro;

#### Zona de Reunião de Mortos

- FRICARNES, SA, EN 249, Km 14, 2725-395 Mem Martins, Tel 219179400, FAX 219161994;
  - CAMPOFRIO Portugal SA, EN 249, Km 14, 2725-397 Mem Martins, Tel 219 161 993, [fricarnes.cr@mail.telepac](mailto:fricarnes.cr@mail.telepac)
  - MANUEL GONZALEZ MARTINEZ & FILHOS, LDA, Rua das Charnecas – Carne Assada – Terrugem, 2705-837 Terrugem;
  - PORTRAL – Comércio e Industria de Carne, Lda, Empreendimento Urbiportal, Edifício 8 – Zona Industrial da Abrunheira, 2710 – 089 Sintra
  - CAPAGEL – Comércio de Alimentos Congelados, Lda, Quinta do Alemão Capa Rota, Manique de Cima, 2710-404, Sintra
  - NUTRITALHOS, Comércio de Carnes, Lda, Centro Empresarial Sintra – Estoril VII, Rua da Tapada Nova, 9 Edifício C7 Estrada da Capa Rota – Linhão, 2710 – 297 SINTRA
  - FRIOSÂOMARCOS – Frio Industrial Lda, Estrada Octávio Pato, 2735-531 S. Marcos, Agualva-Cacém; Tel 210454010, [friosomarcos@sapo.pt](mailto:friosomarcos@sapo.pt);
  - FRIOSÂOMARCOS – Entrepasto Frigorífico, Estrada de Talaíde, 2735-000 Cacém;
  - Fri-Sintra, Lda, Rua Professor Dr. Joaquim Fontes 161, Ribeira de Sintra, 2710-654, Sintra, tel 219 244 064.
  - EUROMAR, Centro Empresarial Quinta do Lavi, Armazém Nº4 – Abrunheira, 2710-089 Sintra; Logística e Armazém II, Estrada Terras da Lagoa, Parque Empresarial Solbar, Armazém 4 – Albarraque 2635-022 Rio de Mouro., Tel.: 21-9156440 Fax: 21-9156449 Email: [euromar@euromar](mailto:euromar@euromar);
- FRIOALMADA - Sociedade Comercial de Gelados SA, Avenida 25 Abril Pavilhão 1/2, Vila Verde 2705-902 Terrugem.

#### Necrotério Provisório

- Cemitério Alto do Chão Frio, Sta Maria e S. Miguel, tel 21 923 84 19/ 87 80, Chefe de Secção Sónia Antoniotti . Chefe de Divisão Dra Ana Melo;
- Cemitério de São Marçal.



- Compete às entidades gestoras da ZRnM e dos NecPro fornecer ao MP a informação sobre vítimas falecidas, que a transmitirá à CMPC, incluindo dados do número de mortes verificadas, de mortos identificados ou por identificar, estruturas organizativas instaladas para a intervenção nesses domínios.
- A transmissão e divulgação desta informação são processadas com respeito pelo segredo de justiça, pelo segredo médico, pelo dever de reserva profissional e pelo princípio da necessidade de conhecer;
- Os cadáveres e partes de cadáver que não forem entregues a pessoas com legitimidade para os requerer, podem ser conservados em frio ou inumados provisoriamente, se necessário em sepultura comum, assegurando-se a identificação dos mesmos, até à posterior inumação ou cremação individual definitiva;
- As necessidades de transporte de pessoas e equipamento serão supridas pela CMS, de acordo com os meios disponíveis;
- O apoio psicológico aos familiares das vítimas será diligenciado pela Autoridade de Saúde Concelhia.